

PERCEPÇÕES SOBRE OS MARCADORES IDENTITÁRIOS E SEUS EFEITOS NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL SUL DA BAHIA

Carlos Henrique Leite Borges¹
Adriana Vilas-Bôas Borges²

Resumo

Este trabalho avaliou de que maneira os marcadores identitários intervêm no desenvolvimento territorial do Litoral Sul da Bahia. Foi utilizada uma abordagem de métodos mistos com o emprego da Análise de Conteúdo e da Análise de Correspondência Múltipla (ACM), baseadas em entrevistas junto a alguns membros do Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável (Codeter). Os resultados mostraram que a identidade territorial está fortemente ligada à simbologia do cacau, à agricultura, à diversidade étnico-cultural e à questão agrária. Estes elementos são potenciais vetores de desenvolvimento que envolvem a agregação de valor da cadeia produtiva do cacau, a diversificação, as iniciativas agroecológicas, o turismo sustentável e a superação das limitações impostas pelo individualismo e pela resistência à diversificação produtiva.

Palavras-chave: Identidade. Território. Desenvolvimento. Cacau. Litoral Sul da Bahia.

PERCEPTIONS ABOUT IDENTITY MARKERS AND THEIR EFFECTS ON TERRITORIAL DEVELOPMENT OF THE SOUTH COAST OF BAHIA

Abstract

This work evaluated how identity markers intervene in the territorial development of the South Coast of Bahia. A mixed methods approach was used with the use of Content Analysis and Multiple Correspondence Analysis (ACM), based on interviews with some members of the Territorial Collegiate for Sustainable Development. The results showed that territorial identity is strongly linked to the symbology of cocoa, agriculture, ethnic-cultural diversity and the agrarian question. These elements are potential development vectors that involve adding value to the cocoa production chain, diversification, agroecological initiatives, sustainable tourism and overcoming the limitations imposed by individualism and resistance to productive diversification.

Keywords: Identity; Territory; Development; Cocoa; South Coast of Bahia

¹ Professor adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: chlborges@uesc.br

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFPSB). Email: adrianaguer-rieri@hotmail.com.

**PERCEPCIONES SOBRE MARCADORES DE IDENTIDAD Y SUS EFECTOS EN
EL DESARROLLO TERRITORIAL DE LA COSTA SUR DE BAHIA****Resumen**

Este trabajo evaluó de qué manera los marcadores identitarios intervienen en el desarrollo territorial de la Costa Sur de Bahia. Se utilizó un enfoque de métodos mixtos con el uso del Análisis de Contenido y el Análisis de Correspondencia Múltiple (ACM), basado en entrevistas con algunos miembros del Colegiado Territorial de Desarrollo Sostenible (Codeter). Los resultados mostraron que la identidad territorial está fuertemente ligada a la simbología del cacao, la agricultura, la diversidad étnico-cultural y la cuestión agraria. Estos elementos son potenciales vectores de desarrollo que implican la agregación de valor de la cadena de producción de cacao, la diversificación, las iniciativas agroecológicas, el turismo sostenible y la superación de las limitaciones impuestas por el individualismo y la resistencia a la diversificación productiva.

Palabras-clave: Identidad; Territorio; Desarrollo; Cacao; Costa Sur de Bahia.

INTRODUÇÃO

Os aspectos identitários representam componentes centrais e determinantes para demarcar a territorialização do desenvolvimento regional no âmbito das políticas públicas, dando substância àquilo que é chamado de identidade territorial. O pressuposto aqui adotado é que a identidade é resultado de uma construção social (SAQUET, 2003; CASTELLS, 1999, DAMATTA, 2004) dada a partir das múltiplas relações (sociais, econômicas, políticas e culturais) e das territorialidades estabelecidas, construídas e reconstruídas cotidianamente pelos indivíduos, envolvendo tanto os elementos materiais quanto imateriais, funcionais e simbólicos. Nesse caso, embora fruto de tensões e assimetrias de poder em seu processo de construção, a identidade representa para as políticas de desenvolvimento territorial um elemento aglutinador, dado que está relacionada às origens do território e com os modos de ocupação e apropriação do espaço e, assim, considerada como fonte de coesão social.

No estado da Bahia, o governo estadual reconheceu e adotou a divisão territorial como unidade de planejamento das políticas públicas e, a partir do Plano Plurianual de 2008 (PPA 2008-2011), denominou de Territórios de Identidade essa escala de regionalização, agrupando os municípios de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos, históricos e geográficos. Atualmente, os 27 Territórios de Identidade estão conformados em uma estrutura de governança onde os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (Codeter) são responsáveis por dar corpo às institucionalidades territoriais, assumindo uma posição estratégica para a

prática da política de gestão social e de governança, assim como representam um avanço em termos de constituição de espaços públicos de participação social, oferecendo garantias de acesso aos diversos atores e grupos sociais.

O território em análise, o Litoral Sul da Bahia, formado por 26 municípios, é, antes de tudo, um espaço forjado por relações de dominação e poder, pelas lutas dos trabalhadores rurais e dos povos indígenas, por transformações sociais e culturais provenientes do surgimento e expansão da economia cacaueteira, a qual é descrita por Rocha (2008) como signo de dominação, riqueza, crises, pobreza e crescimento.

Esse fato histórico foi determinante para a construção de uma estrutura social e institucional que privilegiou um modelo de desenvolvimento subordinado a uma monocultura agroexportadora, cujas fragilidades econômicas e sociais foram expostas com a crise da lavoura cacaueteira ao final da década de 1980. Também foi determinante para a formação dos aspectos materiais e imateriais do território, as restrições formais e informais, as assimetrias de poder e os componentes estruturais e conjunturais, ou seja, condições que interferem na estrutura de governança, na coesão social, na participação e na formação de coletividades.

Considerando tais aspectos, a investigação foi problematizada de modo a entender o sentido que tem a identidade territorial enquanto fonte de restrições incrustadas na formação cultural do território, ou, se representa potencialidades para o desenvolvimento do Litoral Sul. A partir disso, o objetivo do trabalho foi avaliar em que medida e sob quais condições os marcadores identitários intervêm no processo de desenvolvimento do Litoral Sul da Bahia enquanto elementos capacitadores e/ou restritivos sobre a estrutura de governança territorial. Especificamente, o trabalho busca identificar como os membros do Codeter Litoral Sul definem a identidade do território; verificar a existência de associações e oposições entre os membros do colegiado de acordo com os elementos identitários e, descrever os significados dos elementos identitários e seus efeitos enquanto restrições e/ou potencialidades à constituição de capacidades coletivas e estratégias de desenvolvimento.

De certo, é inequívoca a necessidade de se aprofundar nos estudos e na investigação desta temática tendo em vista que, nos últimos 15 anos, toda a dinâmica de investimentos e intervenções do governo do estado da Bahia para o enfrentamento da pobreza, promoção do acesso da população aos serviços públicos essenciais, incentivo à participação, controle e gestão social das intervenções públicas, foram planejadas e executadas sob a perspectiva territorial, em que os aspectos identitários assumem posição central enquanto fator de coesão social.

Trazer a identidade territorial para o centro das discussões permitirá compreender os sentidos e significados que lhes são atribuídos pelos membros do colegiado territorial e como os aspectos identitários intervêm nos processos de governança e gestão social do território.

O trabalho está estruturado em cinco seções. Após a introdução, a segunda seção descreve como a metodologia foi delineada, os sujeitos envolvidos, bem como os métodos e técnicas utilizados. Em seguida, recorreremos a alguns elementos da formação territorial do Sul da Bahia, na busca por compreender como os aspectos culturais foram e ainda são determinantes na estruturação das relações econômicas, sociais e políticas, especialmente quando se leva em conta a influência da economia cacaueteira nos processos de territorializações e na construção da identidade local. A quarta seção explora os depoimentos dos entrevistados, descrevendo suas percepções quanto aos significados dos elementos identitários e oferece uma interpretação das condições que intervêm no desenvolvimento territorial no Litoral Sul à luz da literatura e mediante as técnicas qualitativas e quantitativas e, por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa seguiu uma abordagem tanto qualitativa quanto quantitativa, se aproximando de uma configuração de métodos mistos denominada de sequencial exploratória (CRESWELL, 2002), em que, em uma primeira fase os dados foram coletados e analisados qualitativamente por meio da Análise Qualitativa de Conteúdo (KUCKARTZ, 2014) tendo como fonte de dados o material textual obtido em entrevistas semiestruturadas e, em uma segunda fase, os dados e/ou resultados qualitativos foram transformados em variáveis categóricas, o que permitiu, nesse caso, o uso da Análise de Correspondência Múltipla (ACM) com o objetivo de criar um mapa relacional onde os entrevistados são agrupados de acordo com seus posicionamentos, determinados por suas percepções em relação ao contexto em análise.

O tipo de pesquisa foi o estudo de caso, adotando como unidade de análise o Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável Litoral Sul da Bahia (Codeter Litoral Sul), formado por 70 entidades distribuídas de forma paritária entre o setor público e sociedade civil. Os sujeitos da pesquisa foram definidos a partir de uma amostra do tipo intencional, quando foram selecionados 16 membros do Codeter. A técnica utilizada para a coleta das informações foi a entrevista em profundidade, conduzida de modo a permitir ao entrevistado se manifestar de

forma livre, possibilitando até emergir dessa interação questões e respostas para além das previstas inicialmente.

O processo de análise foi iniciado com as transcrições das entrevistas e, na sequência, foi realizada a codificação do material textual por meio do *software* MAXQDA Analytics Pro. A codificação é o processo de organização do material em pedaços, trechos ou segmentos do texto, os quais oferecem algum tipo de significado. O processo de codificação foi feito em duas fases ou ciclos, como descrito em Miles, Huberman e Saldaña (2014). Primeiro, a partir de um processo dedutivo, foi realizado um ciclo de codificação inicial tentando encontrar padrões consistentes com o quadro teórico-conceitual buscando identificar os significados vinculados aos temas ou categorias pré-estabelecidas. As categorias podem também emergir do conteúdo originado das falas dos entrevistados, manifestos ou latentes, dando origem a novas categorias que irão complementar, concorrer ou se agrupar às iniciais, portanto, um processo indutivo.

Enquanto a codificação do primeiro ciclo resumiu inicialmente os segmentos do texto, o segundo ciclo, mais abstrato, agrupou esses resumos em um número menor de categorias, temas ou constructos. Desta forma, o segundo ciclo envolveu a categorização de códigos baseados em padrões de relacionamento e interação, através de uma estratégia analítica de codificação de padrões.

A etapa seguinte consistiu em transformar as codificações em variáveis categóricas e utilizá-las para a Análise de Correspondência Múltipla (ACM) com a utilização do *software* IBM SPSS, objetivando verificar o posicionamento dos entrevistados de acordo com suas percepções. A ACM integra um conjunto mais amplo de técnicas denominado Análise Geométrica de Dados e consiste numa técnica de análise multivariada para dados qualitativos distribuídos em categorias. Concretamente, de acordo com Carvalho (2008), a ACM possibilitará através de uma análise gráfica uma abordagem relacional sobre as múltiplas variáveis que caracterizam esses indivíduos, podendo vir a ser definidos diferentes grupos e contemplando dois vetores analíticos, permitindo enxergar a existência de relações de associação ou de oposição e, mais importante, como estas posições podem explicar a visão dos representantes ou de grupos de representantes do colegiado territorial sobre os fatores que favorecem ou restringem as estratégias criadas com a política de desenvolvimento territorial.

A IDENTIDADE TERRITORIAL: UM PROCESSO HISTÓRICO E RELACIONAL DE TERRITORIALIZAÇÃO DO ESPAÇO

Para compreendermos o sentido da identidade territorial devemos recorrer à sua dimensão histórica, do imaginário social, de modo que, como argumenta Haesbaert (1999), o espaço que lhe serve de referência condense a memória do grupo e, dessa forma, não pode ela ser identificada nos objetos que a expressam, como é o caso da natureza, função e localização, mas sim, deve basear-se na atribuição de um valor simbólico da cultura ou do cenário (HAESBAERT, 2014). Esse argumento é, assim, subjacente àquilo que Castells (1999, p.22) define como “o processo de construção de significado pautado em um atributo cultural ou como conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual (is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”.

Portanto, argumenta-se que a relação entre identidade e desenvolvimento territorial está centrada nos ativos que podem ser construídos a partir da atribuição de valor social aos recursos territoriais específicos, buscando identificar o que possa se constituir no potencial identificável e próprio de um território (PECQUEUR, 2005), a partir de suas diferenças e especificidades socioculturais, políticas e econômicas e que possam estimular laços de cooperação baseados no interesse comum de proteger, valorizar e capitalizar essas especificidades enquanto recurso e enquanto patrimônio ambiental, práticas produtivas e potencialidades econômicas (ALBAGLI, 2004).

No que cabe às políticas públicas de desenvolvimento territorial, a identidade é um componente central, podendo até mesmo definir o seu sucesso ou o seu fracasso. Em Caniello, Piraux e Bastos (2014, p. 25), a identidade é considerada o “elemento agregador” de tais políticas, visto que se constitui um elo para a ação coletiva, um fator de coesão social “profundamente arraigado nos indivíduos”. Ademais, dado o conjunto de valores culturais, a memória social e as referências históricas, as ações dos indivíduos são determinadas intersubjetivamente a partir de uma dialética entre “parâmetros racionais, por um lado, e códigos de conduta e princípios de pertença por outro” (p.25).

Entretanto, é importante também ter uma compreensão, conforme alerta Albagli (2004, p.63), de que “a valorização das diferenças e especificidades territoriais” pode assumir um caráter eminentemente instrumental quando é predominantemente movida por interesses externos ao território sobre o qual se pretende atuar. Ou seja, a forma como a identidade territorial é apropriada pode representar um instrumento de dominação e subordinação dos

indivíduos a projetos de desenvolvimento que muitas vezes não atendem às demandas e realidades das comunidades, beneficiando poucos em detrimento da função social e redistributiva que deve permear as estratégias do assim chamado desenvolvimento territorial.

É preciso, então, não perder de vista que as identidades são construídas e relacionadas a um determinado processo histórico. Como explica Roberto DaMatta (2004), as identidades são construções discursivas que enaltecem determinados contextos e relações enquanto encobrem outros. Sendo uma construção, a identidade não é imutável e tem como principal característica a capacidade de naturalização das relações para um devido fim. Na mesma perspectiva, Castells (1999, p.23) concorda com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída e, sobre isso, o autor acrescenta que a principal questão diz respeito “a como, a partir de que, por quem, e para que isso acontece”.

Considerando que as identidades são construídas em contextos marcados por relações de poder (um atributo territorial, portanto), Castells (1999) propõe três formas e origens distintas de sua construção: identidade legitimadora; identidade de resistência e, identidade de projeto. A identidade legitimadora é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais. Esse tipo de construção identitária dá origem a uma sociedade civil, ou seja, um conjunto de organizações e instituições, bem como uma série de atores sociais estruturados e organizados, que, embora às vezes de modo conflitante, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural.

A identidade de resistência é criada por atores que se encontram em posições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos. Quanto à identidade de projeto, esta é criada quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, buscam a transformação de toda a estrutura social (CASTELLS, 1999). Então, a identidade de projeto além de resistir à identidade legitimadora, propõe substituí-la, principalmente quando é consequência da identidade de resistência, sendo capaz de promover mudanças estruturais na sociedade.

Dessa forma, saber das construções identitárias e como estas intervêm na dinâmica territorial ou no processo de desenvolvimento no Litoral Sul, é uma questão que importa

investigar quando se planeja o desenvolvimento territorial a partir de políticas públicas. Por exemplo, qual o significado que ainda tem a cacauicultura nas estratégias de desenvolvimento no Litoral Sul? Ou ainda, em que medida as estruturas sociais, econômicas e políticas resultantes do processo histórico de apropriação e dominação do espaço no Sul da Bahia ainda intervêm nos mecanismos de governança, seja como restrições, seja como oportunidade de mudança? Por conseguinte, a próxima seção explora o conteúdo das entrevistas e aponta os sentidos e significados que as percepções dos entrevistados oferecem sobre essa identidade territorial.

OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS DOS MARCADORES IDENTITÁRIOS NO LITORAL SUL DA BAHIA

O material obtido nas entrevistas foi submetido à análise qualitativa de conteúdo com o objetivo de sistematizar as informações contidas nos relatos e fazer emergir seus sentidos e significados através do processo de codificação dos segmentos de texto. As codificações resultantes desse processo foram agrupadas em três categorias previamente estabelecidas: os elementos identitários, as potencialidades associadas à identidade territorial e, as restrições ao desenvolvimento do território associadas aos aspectos identitários. Por seu turno, à medida que as respostas foram sendo tratadas, subcategorias foram sendo criadas a partir dos sentidos que emergiram de cada segmento de texto analisado. A Tabela 1, além de mostrar as categorias e subcategorias, apresenta também a quantidade de segmentos que foram codificados no primeiro ciclo.

Sobre os elementos identitários, emergiram quatro componentes associados ao Litoral Sul da Bahia: o cacau, a diversidade étnico-cultural, a agricultura e a questão agrária. Para a maioria dos entrevistados o cacau é o principal marcador da identidade do território. Grande parte da história do Sul da Bahia esteve atrelada à monocultura agroexportadora do cacau, que marcou e ainda marca profundamente as relações econômicas, sociais, culturais e as lutas delas decorrentes com repercussões até hoje sentidas, seja na memória coletiva, seja nas instituições, seja enquanto base produtiva e até mesmo em seu papel conservacionista para a mata atlântica.

Tabela 1. Processo de categorização dos marcadores identitários do Litoral Sul da Bahia

| Categoria primária | 1º Ciclo de codificação | Segmentos codificados | | 2º Ciclo de codificação |
|--|--------------------------------|-----------------------|--------|--|
| | | Frequência | % | |
| Componente identitário | Cacau | 13 | 15,85% | Cacau/cultura cacauaieira |
| | Diversidade étnico-cultural | 7 | 8,54% | Diversidade étnico-cultural |
| | Agricultura | 4 | 4,88% | Agricultura |
| | Questão agrária | 1 | 1,22% | Questão agrária |
| Potencialidades associadas à identidade territorial | Produção de cacau fino/gourmet | 4 | 4,88% | Integração das cadeias do turismo, cacau e chocolate |
| | Agregação de valor ao cacau | 6 | 7,32% | |
| | Turismo e cacau | 4 | 4,88% | |
| | Turismo | 2 | 2,44% | valorização do sistema agroflorestal cacau-cabruca |
| | Sistema Agroflorestal cabruca | 3 | 3,66% | |
| | Diversificação agrícola | 7 | 8,54% | |
| | Diversidade étnico-cultural | 4 | 4,88% | |
| Restrições associadas à identidade territorial | Individualismo | 13 | 15,85% | Comportamento individualista e clientelista |
| | Herança coronelista | 1 | 1,22% | |
| | Clientelismo | 1 | 1,22% | |
| | Cultura arraigada no cacau | 12 | 14,63% | Cultura arraigada no cacau |

Fonte: Conteúdo das entrevistas (2021).

Os depoimentos dos participantes deixam evidente a importância do cacau para a construção identitária do território e como o seu simbolismo e a sua funcionalidade-materialidade ainda hoje é muito forte e influencia as relações e as territorialidades, como pode ser visto nos trechos das falas, a seguir:

(...) tem na produção agrícola, tem uma cultura que é preponderante, que é o cacau, apesar de já ter modificado e foi interessante que houvesse algumas modificações mas ainda é muito o cacau ainda (...) difícil é você não encontrar uma pessoa no território, dos agricultores inclusive, o principal público-alvo, essas comunidades tradicionais, o principal foco das ações no território, que não tenha uma relação ou que já tenha uma relação com a cultura do cacau(...) (Participante8/Entidade Federal).

(...) são quase 3 séculos com a cultura do cacau e a maior parte do PIB de muitos dos municípios do território, se a gente pegar os dados sociais e econômicos, então, qual é a economia que tá girando, se não a economia do cacau? (...) então a economia do cacau ainda tem um PIB bastante significativo nessas cidades que a gente tem aqui no Litoral Sul, Baixo sul e, Extremo Sul já entra outra linha de agropecuária, mas, ainda é uma renda agrária (...). (Participante16/ONG socioambiental).

A agricultura, ela é pujante, ela é fortalecida em todos os 26 municípios do território Litoral Sul. Alguns municípios desses tenta ter uma identidade de pecuária, mas na sua totalidade é uma agricultura do cacau, agricultura da cabruca. E o que mais nos identifica é o cacau. (Participante5/Entidade estadual).

No Litoral Sul nos deparamos com construções identitárias forjadas no processo histórico da sua formação territorial, cuja forma pela qual se deu a apropriação do espaço e dos recursos foi decisiva para a estruturação das interações econômicas, políticas e culturais, e, com efeitos que se cristalizaram na morfologia do poder local e na sua desigual distribuição.

No centro dessas relações está o cacau e todos os processos sociais e materiais decorrentes do seu cultivo e do modo de exploração desta cultura agrícola. Disso resultou um processo de dominação das condições materiais daquele espaço que fixou no campo simbólico uma ideia e uma narrativa do “fruto dourado” carregando em si mesmo um valor sobre o qual se erigiu uma sociedade ou “civilização do cacau” (ADONIAS FILHO, 1978; AMADO, 1981) e que foi sedimentada no imaginário regional, reforçando ainda mais a identidade cacauzeira, de desbravamentos, progresso e riqueza. Portanto, uma identidade legitimadora (CASTELLS, 1999) que impôs o poder e a dominação de uma classe (a burguesia cacauzeira) sobre os demais atores sociais e sobre a estrutura social e econômica do território.

Por outro lado, em condições antagônicas, identidades outras resistiram em torno das lutas e mobilizações em defesa do seu “território” e da sua sobrevivência. A mesma narrativa que legitimou o processo de desenvolvimento da região cacauzeira baseado na saga dos coronéis, responsáveis por toda sorte de transformações daquele espaço, obscureceu uma trajetória de violência e expropriação no decorrer daquele mesmo processo e com efeitos ainda hoje sentidos e com disputas ainda em efervescência. Fazem parte dessa construção, principalmente, os povos indígenas (Pataxós Hã-Hã-Hãe e Tupinambás de Olivença), os quilombolas e os trabalhadores do campo.

Dentro do processo de análise, algumas daquelas categorias contidas na Tabela 1 expressam sentidos semelhantes, complementares e convergentes, e, por isso, por meio de um segundo ciclo de codificação, foram agrupadas de acordo com essas semelhanças. Outras categorias foram consideradas possuindo diferenciações próprias, e assim foram mantidas. Portanto, as categorias “produção de cacau fino/gourmet”, “agregação de valor ao cacau”, “turismo e cacau”, e, “atividade turística”, passaram a integrar uma única categoria denominada por “Integração das cadeias do turismo, cacau e chocolate”. Outra categoria criada nesse 2º ciclo foi o “Comportamento individualista e clientelista” que reuniu as categorias primárias “individualismo”, “herança coronelista” e “clientelismo”.

Como forma de sintetizar todas as informações captadas na forma de proximidades e diferenciações entre os entrevistados em termos daquilo que foi considerado como identidade

territorial e, como essa identidade favorece ou cria restrições ao desenvolvimento do Litoral Sul, recorreu-se à Análise de Correspondência Múltipla (ACM). Dessa forma, foi possível estabelecer um mapa relacional ou matriz de posições sobre as variáveis categóricas que caracterizam a percepção dos entrevistados. A partir disso, foram definidos quadros de valores e representações, possibilitando identificar distintas configurações de grupos de indivíduos. A definição desses agrupamentos, a identificação das especificidades das associações entre as categorias e, a observação do posicionamento relativo dos distintos grupos permite enxergar a existência de possíveis relações de associação ou de oposição.

Para a realização da ACM, foram utilizadas como variáveis categóricas aquelas criadas no segundo ciclo de codificação conforme descritas na Tabela 1. A primeira saída de resultados (Tabela 2) mostra os valores próprios e a inércia para as duas dimensões extraídas e, principalmente, mostra o valor do *Alpha de Cronbach*, o qual permite avaliar a qualidade do ajustamento do modelo. Nesse caso, o valor médio de 0,885 indica uma alta confiabilidade.

Tabela 2. Resumo dos coeficientes do modelo da Análise de Correspondência Múltipla

| Dimensão | Alpha de Cronbach | Variância | |
|----------|--------------------|-----------------------|---------|
| | | Total (valor próprio) | Inércia |
| 1 | 0,917 | 3,752 | 0,750 |
| 2 | 0,845 | 3,090 | 0,618 |
| Total | | 6,842 | 1,368 |
| Média | 0,885 ^a | 3,421 | 0,684 |

Fonte: Dados da pesquisa; Análise realizada com o software SPSS; a. valor baseado no valor próprio médio.

A seguir, a Tabela 3 apresenta as coordenadas das categorias dentro do mapa relacional, distribuídas em suas duas dimensões. A primeira dimensão concentrou as categorias “cacau”, “diversidade étnico-cultural”, “diversidade cultural”, “comportamento individualista e clientelista” e “cultura arraigada no cacau”. A segunda dimensão concentra as categorias “turismo-cacau-chocolate”, “sistema cabruca” e “diversificação agrícola”.

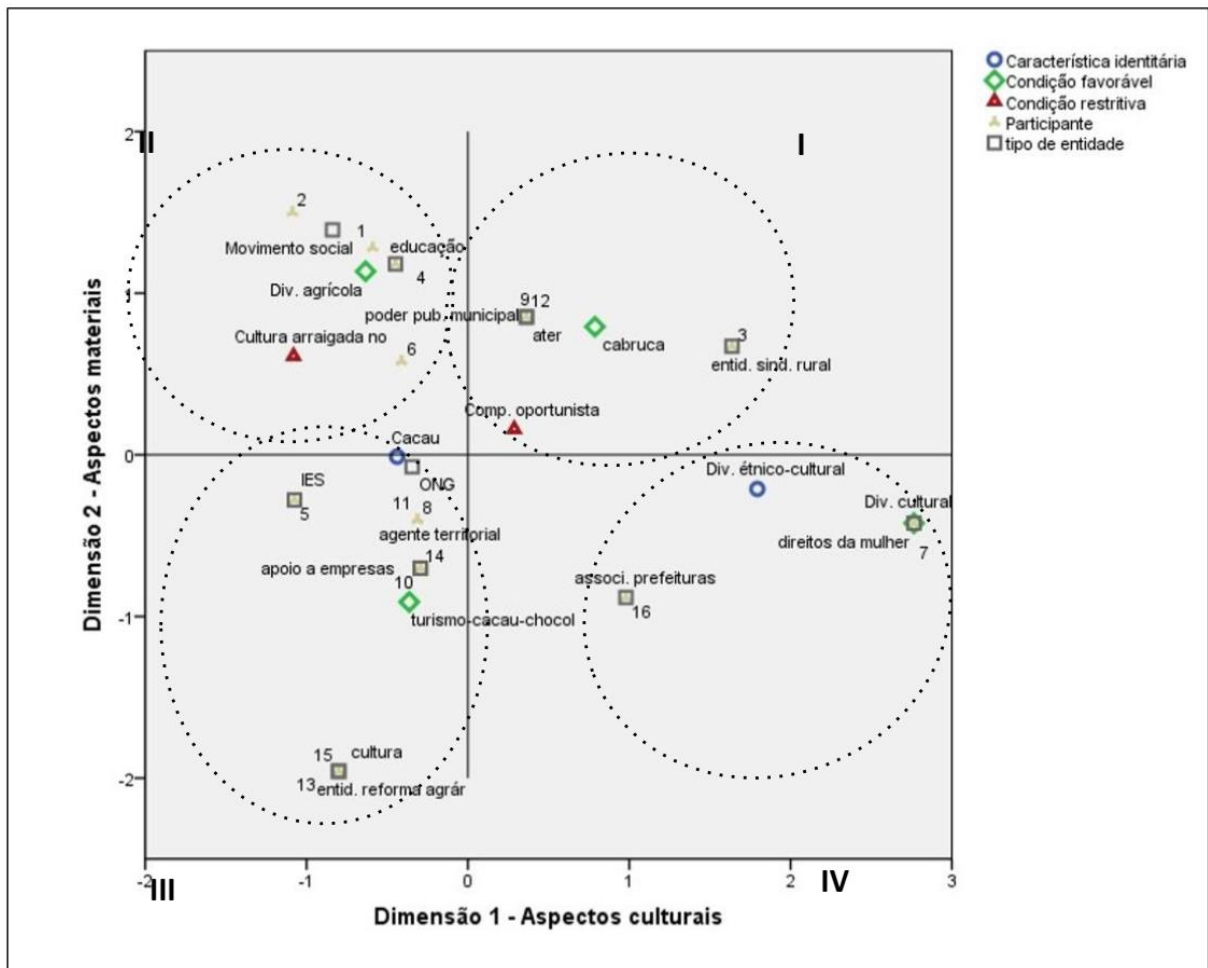
Tabela 3. Dimensões e frequências por categorias e suas respectivas coordenadas da ACM

| Categoria | Frequência | Coordenadas dos centróides | |
|---|------------|--|---|
| | | Dimensões | |
| | | 1 Aspectos simbólico-culturais da identidade territorial | 2 Aspectos materiais da identidade territorial |
| Identidade territorial | | | |
| Cacau | 13 | -0,439 | -0,011 |
| Diversidade étnico-cultural | 3 | 1,794 | -0,211 |
| Potencialidades para o Desenvolvimento Territorial | | | |
| turismo-cacau-chocolate | 8 | -0,364 | -0,910 |
| Sistema cabruca | 3 | 0,787 | 0,792 |
| Diversidade agrícola | 4 | -0,634 | 1,136 |
| Diversidade cultural | 1 | 2,765 | -0,423 |
| Condições restritivas | | | |
| Individualismo e clientelismo | 12 | 0,287 | 0,159 |
| Cultura arraigada no cacau | 2 | -1,081 | 0,611 |
| Valores omissos | 2 | | |

Fonte: Dados da pesquisa/análise realizada com o software SPSS.

A Figura 1 mostra como essas relações estão dispostas entre as duas dimensões de acordo com o posicionamento dos indivíduos frente às suas percepções. A dimensão 1 (eixo horizontal) está aqui considerada como aquela que reúne categorias que estão mais associadas aos valores culturais, nomeada aqui de aspectos simbólico-culturais da identidade territorial. Esta dimensão distingue os indivíduos que valorizam mais os elementos imateriais da cultura (à direita do eixo) enquanto potencial ou como restrição para o desenvolvimento (diversidade étnico-cultural, diversificação cultural, comportamento oportunista) daqueles que valorizam os aspectos materiais da cultura (à esquerda do eixo), sendo, então, o componente “cacau” considerado enquanto potencialidade e a “cultura arraigada no cacau” enquanto restrição. A dimensão 2 (eixo vertical) estabelece uma distinção entre os indivíduos (vetor superior do eixo) que percebem e valorizam as condições de reprodução material ligadas à terra, à agricultura (diversidade agrícola e cabruca) e os indivíduos que priorizam condições materiais com valor mais agregado (vetor inferior do eixo), a exemplo da “integração das cadeias do turismo, cacau e chocolate”.

Figura 1. Mapa perceptual - configuração do espaço de representação dos elementos identitários do Litoral Sul da Bahia



Fonte: Dados da pesquisa/análise realizada com o software SPSS.

A partir disso, foi possível estabelecer quatro agrupamentos distintos que indicam as proximidades e diferenciações quanto às potencialidades e restrições da identidade territorial para o desenvolvimento do Litoral Sul. O primeiro grupo, representado no primeiro quadrante, aproxima aqueles que priorizam características que estão associadas aos aspectos mais simbólicos da cultura e mais ligados ao setor primário. Fazem parte desse agrupamento representantes do poder público municipal, da agência de assistência técnica e do sindicato rural e onde prevalece a cabruca (sistema agroflorestal cacau-cabruca) enquanto elemento distintivo da identidade do Litoral Sul. Embora seja o componente que mais represente a base material agrícola do Litoral Sul, o sistema cacau-cabruca vai além disso, pois, nele assentam valores históricos, ambientais, sociais, modos de vida, ou seja, uma fonte tanto simbólica quanto material para o direcionamento de ações voltadas ao desenvolvimento no território. Isso garante

uma diferenciação ao cacau, especialmente na agregação de valor com base na procedência e origem e, também, no seu melhoramento e beneficiamento:

As culturas de produção, onde a gente não tem com as mesmas características em nenhuma outra parte do Brasil a cabruca, cacau cabruca é território Litoral Sul, você não vai encontrar nem na Amazônia. Cabruca é uma coisa daqui. (Participante2/poder público municipal).

No que diz respeito às condições restritivas, prevalece nesse agrupamento a percepção de comportamentos individualistas e clientelistas presentes no território. Os participantes foram enfáticos em relação a essas características que julgam ainda persistirem no território como fruto de uma herança coronelista e que de alguma forma tem sido elementos impeditivos para a construção de esforços de concertação social e a concretização de estratégias socioprodutivas:

(...)a própria história do cacau ainda marca bastante, a questão do coronelismo ainda é bastante latente, das famílias, do nome das famílias do cacau ainda é uma coisa bem viva no território (...) (Participante2/Poder público municipal).

(...) não é uma coisa que contribui, a cultura do cacau ela criou a cultura, apesar de ser importante, de dá visibilidade pro território, pra região, pra Bahia, a Bahia terra do cacau, sul do Bahia, foi reconhecida mundialmente, temos reconhecimento mundial, Jorge Amado, mas ela criou uma outra cultura que é a cultura do individualismo, as pessoas aqui são individualistas, ações coletivas elas são difíceis de acontecer por causa do individualismo, as pessoas pensam só em si, não pensam no coletivo (...) (Participante14/ONG socioambiental).

A respeito do coronelismo, cabe esclarecer que se trata de um fato histórico ainda recorrente na memória coletiva do Sul da Bahia e que comumente lhe é atribuído um caráter determinante das condições que ainda restringem ações coletivas e cooperativas, como se tal fato ainda fosse o responsável pelas assimetrias, densidades e proximidades que conformam a morfologia do poder regional. Todavia, é preciso ter em conta que o coronelismo marca uma época determinada e específica da história agrária do Brasil, sendo um sistema político (LEAL, 2012) que determinava a estrutura e a forma pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município, cuja condição socioeconômica da sua prática era a existência no meio rural de uma estrutura pré-capitalista em que as relações de produção eram dadas com sendo de dominação e dependência pessoal.

Portanto, pode ser um equívoco atribuir de forma direta e causal o comportamento individualista ou não cooperativo dos atores sociais ao passado coronelista do Sul da Bahia. Uma explicação mais aderente à realidade pode ser atribuída à ascensão do clientelismo, quando os vínculos de dependência que marcam o coronelismo são substituídos pelo vínculo mercantil,

relação típica clientelista, ou seja, uma relação de barganha em torno de vantagens materiais e/ou simbólicas.

De acordo com Farias (1999, p.18), a condição socioeconômica sobre a qual se assenta o clientelismo (do tipo privado) é a predominância de relações de produção capitalistas (relações de dependência impessoal), o que pressupõe a existência do trabalhador “livre”, despojados dos meios de subsistência, em particular do vínculo à terra. Já no âmbito político, o clientelismo assume a forma estatal (FARIAS, 2000) quando políticos distribuem recursos públicos e favores associados às instituições governamentais em troca de apoio nas eleições, apresentando um caráter coletivo e impessoal. Nesse caso, a mobilização e a participação social podem ser capturadas e apropriadas por esquemas políticos de cunho eleitoral.

Dessa forma, parece fazer mais sentido que a ascensão de relações clientelistas privadas e estatais (relações de dependência impessoal/mercantil) logo após a queda do coronelismo (relações de dependência pessoal), seja uma melhor explicação para a existência de comportamentos que ainda restringem a ação coletiva.

O segundo agrupamento representa a valorização da diversificação agrícola e nisto está envolvida a produção de alimentos, a agroecologia e a desvinculação do cacau enquanto única base produtiva. As entidades associadas a este grupo são aquelas ligadas aos movimentos sociais e à educação.

A quantidade de assentamentos, o número de unidade da agricultura familiar e outras pequenas propriedades oferecem condições para a diversificação da matriz produtiva rural. Nesse caso, é fundamental o apoio das políticas públicas vinculadas ao desenvolvimento rural como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), aquisição de terras para a reforma agrária, assistência técnica e infraestrutura para assentados da reforma agrária, assistência técnica para a agricultura familiar, crédito e logística. As dificuldades e o potencial do território quando se trata da diversificação agrícola é algo recorrente nas falas dos entrevistados:

(...) então eu vejo que, com a questão do advento da vassoura de bruxa, foi o divisor de águas, e aí surgiu assentamentos rurais, surgiu o...a relação de trabalho que mudou, surgimento de muitos meeiros, mudou um pouco essa situação e aí veio a se trabalhar essa questão da mudança da base produtiva. Então, essa história da agroecologia, ela vem, desponta muito nesse período aí...anos 80, 90, e aí vem se construindo tudo isso aí, a questão da do surgimento da rede povos da mata é consequência de um trabalho que já vinha sido feito há muito tempo, desde os anos 80, não surgiu agora, uma coisa que vem sendo construída. Várias experiências agroecológicas aqui na região, assentamento Terravista, assentamento em Santa

Luzia, assentamento em Ibirapitanga, desenvolvendo suas experiências agroecológicas (...) (Participante14/ONG Socioambiental).

Há também aqui uma referência a uma cultura fortemente arraigada ao cacau, constituindo-se fator restritivo a uma mudança na trajetória de desenvolvimento do território, o que sugere um caso de dependência da trajetória que inviabiliza alternativas socioprodutivas. Sobre a dificuldade de se desapegar do cacau enquanto única base produtiva, os entrevistados assim relatam:

(...) e chegou em um determinado momento de que tinha que diversificar, e o maior problema é esse pertencimento da diversificação que muita gente não quer desatrelar da cultura do cacau, pra juntar com outra cultura (Participante1/Movimento social).

(...) então a gente fica muito preso no cacau e não consegue virar a página, precisa virar a página do cacau pra entender que ele é importante, de como ele vai se situar dentro desse novo planejamento. Se nós não virarmos essa página, como não viramos, a gente vai continuar fazendo investimentos macros, investimentos de montantes elevados sem resultado direto em termos de eficiência do que tá sendo proposto, por que nós não compreendemos que o cacau é importante em uma nova página, não naquela página que não queremos virar. (...) esse protagonismo exacerbado prejudica mais do que ajuda (Participante9/Associação).

O terceiro quadrante reúne os aspectos que estão mais associados a um potencial de maior agregação de valor à cadeia do turismo, cacau e chocolate. É também uma perspectiva que prioriza o cacau, não só em relação à qualidade da amêndoa, mas também enquanto valor simbólico, valor este que pode ser apropriado pelas cadeias do turismo e do chocolate.

Esta perspectiva reúne valores convergentes que podem direcionar os projetos de desenvolvimento no território para alternativas que valorizem um cacau com maior qualidade, inclusive com apostas no mercado do cacau fino ou gourmet e na produção do chocolate de alto teor de cacau:

(...) eu acho que o cacau é importante, agora a gente tem uma demanda, uma opção que é o cacau fino, então quer dizer, você triplica o valor de uma arroba de cacau. A gente sabe que hoje isso fica mais voltado para o grande agricultor, que ainda não chegou agricultura familiar e hoje a gente percebe uma outra coisa, até então o brasileiro não conhecia o chocolate com 70% de cacau, 35% de cacau, e isso fortalece aos produtores, então, o que acontece, com essa chegada desse mercado pulsante em relação ao cacau, a amêndoa do cacau (...). (Participante 13/Universidade).

Quanto ao turismo, o Litoral Sul tem as cidades de Ilhéus e Itacaré como principais referências, as quais, além das praias, têm recorrido ao patrimônio ambiental e cultural como

fatores de atratividade, inclusive os símbolos da cultura cacauera presentes nas obras de Jorge Amado. Outras possibilidades foram levantadas pelos participantes, reforçando a potencialidade para o turismo rural, o ecoturismo, o turismo cultural, utilizando-se dos elementos históricos, culturais e naturais presentes naquele espaço e, ainda, com agregação de valor ao cacau a partir do turismo, com formatação de produtos que contemplam desde as fazendas de cacau até a produção do chocolate fino:

(...) a ideia da estrada do chocolate, da ciência, as estrada do jequitibá, estão todas na rota do chocolate, ou nas vias do chocolate, a gente tem o maior jequitibá do mundo em Camacan (...) mas há uns atrativos que estão na rota do chocolate, ele visita as fazendas de chocolate, as florestas de chocolate, as fazendas de chocolate, isso a gente não vê, são poucas as propriedades que tem serviço de alimentação, café da manhã, almoço, dormida, hospedagem, tem algumas que fazem isso, assentamentos também, o Terra Vista (assentamento Terra Vista) já está fazendo isso, o turismo de base comunitária, já recebe pessoas do mundo todo, mas ainda não está formatado, o custo, a diária, os cursos que estão sendo realizados lá. A região tem sim a parte do cacau e turismo, diria pra você que a gente muito que avançar e consegue agregar valor em cima disso (Participante16: 10 – 10/Movimento social).

Nesse conjunto de potencialidades prevalece a valorização da profissionalização, conhecimento técnico, capacitação e uso mais intensivo da tecnologia. As entidades que estão associadas a este grupo são ligadas às instituições de ensino superior, ONGs, cultura, reforma agrária e apoio empresarial. Embora a ideia seja de que essa integração venha a alcançar pequenos produtores e agricultura familiar, é claramente um projeto para o território que ainda corresponde aos interesses de um capital mais concentrado, formado por empresários do chocolate, moageiras, complexo turístico e grandes fazendeiros.

Uma outra configuração (quarto quadrante) se aproxima dos aspectos mais simbólicos e imateriais da cultura do território. O potencial para o desenvolvimento nesse caso está assentado no reconhecimento e valorização dos saberes, da história, dos modos de vida, da tradição e oferecendo suporte às condições materiais das comunidades envolvidas.

Temos aqui, então, a diversidade étnico-cultural a ocupar uma posição importante, como resultado de um antagonismo frente à identidade legitimadora da região cacauera. Trata-se do reconhecimento das manifestações de práticas e valores culturais, resultado de um processo histórico de ocupação e exploração do território, expropriação, dominação, violência, lutas e diferentes modos de vida. São reprodutores dessas manifestações os trabalhadores rurais, os pequenos agricultores, os pescadores, as marisqueiras, os quilombolas, os povos indígenas Pataxós Hã-Hã-Hãe e os Tupinambás de Olivença, os quais estiveram presentes na formação

do Litoral Sul, entretanto, invisibilizados por uma narrativa que se perpetuou na memória coletiva com repercussões nas instituições e na estrutura social de toda a Região:

As características que definem nosso território de identidade, primeiro são os saberes e os fazeres, isso dentro de uma perspectiva de sabedoria popular, de cultura popular, de identidade, até da culinária, e principalmente vem o nosso produto que é o cacau (...) (Participante 5/Entidade estadual).

(...) mas o ideal é que a gente tem como elemento importante, é a pluralidade, nós temos um território que ele tem uma riqueza muito grande, porque temos os quilombolas, índios, comunidades indígenas, trabalhadores rurais informais, trabalhadores rurais assalariados, agricultores familiares informais, agricultores familiares tradicionais, e nós temos um agronegócio, temos o comércio, a economia de serviços, então, é um...temos muitos espaços de educação, (...) então, é um território que tem, assim, o que eu destaco é essa característica de pluralidade (Participante 11/ Entidade sindical da agricultura familiar).

Há também o reconhecimento da necessidade de outro projeto para o território que seja desvinculado do cacau enquanto *commodity* e de apostar em outras cadeias de valor, mesmo que mantendo e aproveitando o valor simbólico do cacau e da história que nele reside, para gerar outras alternativas, como o chocolate, o turismo, a diversificação agrícola, a agroecologia e a produção de alimentos.

Diante do que foi exposto, percebe-se um conjunto de ressignificações para a economia cacauera que priorizam outras cadeias de valor, ainda que baseadas no cacau e no seu simbolismo, com a valorização da diversidade étnica e cultural, da mata atlântica e do sistema agroflorestal cabruca, os quais oferecem uma diferenciação para o cacau e para o chocolate de origem, e, também, com a valorização da cadeia do turismo quando este se apropria dos valores ambientais e históricos.

São iniciativas que podem desencadear novos projetos ou, de acordo com Castells (2018), novas “identidades de projeto” que longe de não estabelecerem conflitos, podem, ainda assim, reunir os distintos grupos e interesses em torno de objetivos comuns e dentro de uma estrutura de governança eficaz. Essas cadeias de produção representam um potencial para a construção dessa nova identidade, desde que integradas em um complexo socioprodutivo fundado na conservação da mata atlântica, na inclusão de pequenos produtores e no turismo não-predatório com ênfase nos ativos étnico-culturais, ecológicos e rurais. Caso contrário, ocorrerá apenas um deslocamento de uma hegemonia que antes estava concentrada na matriz cacauera para um outro arranjo produtivo, concentrador e excludente de igual forma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação territorial do Sul da Bahia foi fundamental para a criação de relações e interações sociais que determinaram o processo de desenvolvimento da região, considerando seus aspectos culturais, econômicos e políticos. Assim, a consecução deste trabalho foi resultado de um esforço em compreender de que forma os elementos identitários constituem-se como fatores intervenientes no desenvolvimento territorial no Litoral Sul da Bahia, seja como potencialidades, seja como restrições ou constrangimentos.

Os resultados alcançados foram pautados nas percepções dos membros do Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável (Codeter), um dos dispositivos institucionais que integram a gestão social e governança do território. A eles foi perguntado sobre os elementos identitários, as potencialidades e restrições ao desenvolvimento do Litoral Sul baseadas na identidade territorial.

A partir da análise empreendida, foram identificadas duas dimensões relacionadas à identidade territorial, uma relacionada aos aspectos simbólico-culturais e a outra aos aspectos materiais da identidade territorial, dispondo os membros do Codeter em quatro agrupamentos de acordo com suas percepções.

O primeiro agrupamento apontou características que estão associadas aos aspectos mais simbólicos da cultura e mais ligados ao setor primário, onde prevalece o sistema agroflorestal cacau-cabruca enquanto elemento distintivo da identidade do Litoral Sul, com foco na agregação de valor com base na procedência e origem. No que diz respeito às condições restritivas, são percebidos comportamentos individualistas e clientelistas no território, que são vistos como um legado do coronelismo e que tem impedido a construção de esforços de concertação social e estratégias socioprodutivas.

Outro conjunto de percepções indica um potencial para a diversificação da matriz produtiva rural, o que, para isso, é necessário o apoio de políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento rural, como o PAA, PNAE, aquisição de terras para reforma agrária, assistência técnica, crédito e logística. Quanto aos fatores restritivos, as percepções agrupadas neste bloco revelam uma agricultura profundamente enraizada no cacau, o que limita a mudança na trajetória de desenvolvimento dadas as dificuldades para explorar outras alternativas.

A terceira vertente se concentra nos aspectos que podem agregar maior valor à cadeia do turismo, cacau e chocolate. Esta perspectiva prioriza o cacau como um valor simbólico, incentivando a qualidade da amêndoa e apostando no mercado do cacau fino ou gourmet e na

produção de chocolate de alto teor de cacau. A integração proposta visa ajudar pequenos produtores e agricultura familiar, mas parece atender, em grande parte, aos interesses de um capital mais concentrado, incluindo empresários do chocolate, moageiras, complexo turístico e grandes fazendeiros.

O quarto agrupamento está relacionado à diversidade étnico-cultural do território, reconhecendo e valorizando os saberes, a história, os modos de vida, a tradição e melhoria das condições materiais das comunidades envolvidas. Esta perspectiva defende um projeto para o território que seja independente do cacau enquanto *commodity*, explorando outras cadeias de valor, mas mantendo o valor simbólico do cacau e sua história. Alternativas possíveis incluem chocolate, turismo, diversificação agrícola, agroecologia e produção de alimentos.

Ademais, muito da narrativa de formação do Sul da Bahia foi para construir uma identidade que legitimasse a estrutura social e econômica criada pela economia cacauceira, cujos benefícios e vantagens foram apropriados por uma minoria, ocultando e subalternizando outros modos de vida, de saberes e fazeres, materializados nos trabalhadores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais, pescadores, comunidades quilombolas, que ainda hoje lutam por melhores condições de vida e até mesmo por sua existência.

Compreensivelmente, nasce precisamente deles uma chama de esperança para um desenvolvimento territorial do tipo inclusivo e baseado na diversidade étnico-cultural, na diversidade agrícola, nos valores agroecológicos e na conservação da mata atlântica. A luta e os movimentos em torno destes valores existem, estão presentes na pauta do colegiado, mas ainda há um longo caminho de lutas e demandas, cujo sucesso depende do fortalecimento dos espaços de participação, especialmente do Codeter, e da efetividade das políticas públicas no território.

Depreende-se, portanto, que a identificação dos participantes com Litoral Sul está fortemente vinculada ao simbolismo que o cacau representa em função das relações econômicas, sociais, culturais e ambientais que foram historicamente construídas em torno dessa matriz econômica e, principalmente, subjacentes a uma identidade cacauceira. Além do simbolismo, é também reconhecida a materialidade do cacau dada a sua importância enquanto base produtiva e sua função ambiental e ecossistêmica para o Sul da Bahia, considerando que o desenvolvimento do território requer a valorização e agregação de valor da cadeia produtiva do cacau sob o sistema agroflorestal cabruca, associada à diversificação e iniciativas agroecológicas e ao turismo sustentável, com o reconhecimento da necessidade de superação

das limitações impostas pelo individualismo e pela mentalidade resistente à diversificação produtiva.

REFERÊNCIAS

ADONIAS FILHO. **Sul da Bahia: chão de cacau (Uma civilização regional)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

ALBAGLI, Sarita. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE. In: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo (org.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro/Brasília: Relume Dumará Editora/Sebrae, 2004. p. 25–69.

AMADO, Jorge. **O Menino Grapiúna**. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 1981.

CANIELLO, Márcio; PIRAUX, Mar; BASTOS, Valério Veríssimo de Souza. Identidade e diversidade no Território da Cidadania da Borborema (PB). **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 34, n. 1, p. 24–48, dez. 2014.

CARVALHO, Helena. **Análise multivariada de dados qualitativos: Utilização da análise de correspondências múltiplas com o SPSS**. Lisboa: Edições Sílabo, 2008.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da identidade**. 3. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CRESWELL, John W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 2. ed. London: Sage Publications, 2002.

DAMATTA, Roberto. Nação e região: em torno do significado cultural de uma permanente dualidade brasileira. In: SCHULER, F. L.; BORDINI, M. da G. (Orgs.). **Cultura e identidade regional**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 21 -36.

FARIAS, Francisco Pereira de. **DO CORONELISMO AO CLIENTELISMO: a transição política capitalista no Noroeste do Piauí (1982-1996)**. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

FARIAS, Francisco Pereira De. Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. **Revista de Sociologia e Política**, n. 15, p. 49–66, 2000.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

_____. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

IBM CORPORATION. IBM SPSS Statistics for Windows. Version 19.0. [s.l.]: IBM Corporation, 2019.

KUCKARTZ, Udo. **Qualitative Text Analysis: A Guide to Methods, Practice & Using Software**. London: Sage Publications, 2014.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto - o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

MILES, Matthew B.; HUBERMAN, A. Michael; SALDAÑA, Johnny. **Qualitative data analysis: a methods sourcebook**. 3. ed. London: Sage Publications, 2014.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. Raízes: **Revista de Ciências Sociais**, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, jan./dez. 2005.

ROCHA, Lurdes Bertol. **A região cacauzeira da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação**. Ilhéus: Editus, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. O desenvolvimento da colônia Silveira Martins. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

VERBI Software. MAXQDA Analytics Pro 2022. Versão 22.4.1. Berlin: VERBI Software, 2022.

Recebido em 13 de fevereiro de 2023

Aceito em 23 de fevereiro de 2023.

Publicado em 20 de abril de 2023.